

# SOMENTE A VARGAS INTERESSA A COALIZAÇÃO

## RETORNO À VIGILÂNCIA DEMOCRÁTICA — EIS O RUMO APONTADO PELO SENHOR RAUL PILA

Em entrevista exclusiva à TRIBUNA DA IMPRENSA, a primeira aliás que concede antes mesmo de terminadas as apurações, o sr. Raul Pila, presidente do Partido Libertador, faz uma análise objetiva e imparcial do pleito de 3 de outubro, mostrando que houve um lucro para a democracia brasileira, apesar do perigo que corre com a eleição de Getúlio. Manifestando-se contra qualquer idéia de coalizão, o sr. Pila, com a sua indiscutível autoridade, demonstra a necessidade de mais vigilância por parte dos partidos e das forças armadas.

Sexta-feira, 2

### CONCLUSÃO DA PÁGINA 1 N.º



tados de incurável miopia. O resultado está: acha-se o sr. Getúlio Vargas eleito, bem eleito de acordo com as regras vigentes, irremediavelmente eleito. Obstar-lhe a posse seria pretender remediar a inépcia por um crime. O sr. Getúlio Vargas está eleito de acordo com a lei. Só nos resta vigiá-lo e colhê-lo, se ele pretender violar a lei.

Somos, pois, pela posse do sr. Getúlio Vargas, se estiver eleito, como parece indubitável. Mas somos contra um governo de coalizão, que somente poderia interessar ao sr. Getúlio Vargas. Ele venceu, deve arcar com o onus da vitória. Os partidos adversos se mostrariam mais uma vez ineptos, se lhe fizessem o jogo. Mas, e os interesses do país? São justamente os interesses do país, os mais altos, os mais vitais, que se levantam contra o falado acordo. No regime democrático, é a oposição tão necessária, quanto o governo. Se o sr. Getúlio Vargas quer bem governar este país, não pode dispensar uma oposição patriótica e vigilante: não cabe o acordo. Se tais, porém, não são as suas intenções, ainda menos cabe o acordo. Para usar uma frase consagrada, devemos dar ao sr. Getúlio Vargas a colaboração da nossa oposição. E uma colaboração muito mais valiosa e difícil, que a da adesão ou do acordo.

### FORTALECIMENTO DO PARLAMENTARISMO

Refere-se depois o sr. Raul Pila as vantagens obtidas pelo P.L. no recente pleito e consequente fortalecimento do movimento parlamentarista:

— Não estando ainda completamente apuradas as eleições, não posso ilustrar com cifras a situação eleitoral do Partido Libertador. Posso, porém, afirmar que se fortaleceu grandemente a sua posição. Na Câmara, o Rio Grande do Sul terá dois representantes libertadores, em vez de um só. Na Assembléa Legislativa, a sua bancada, que era de cinco deputados, virá aumentada. A Câmara, enviarão deputados libertadores, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Maranhão. Isto sem falar nos representantes das assembleias estaduais e das câmaras municipais. Como vê, seria um crescimento assombroso, senão fosse facilmente explicável.

Aqui chegando, depois do pleito, fui procurado por alguns colegas, que julgavam oportuno este fim de legislatura, para fazer passar a emenda parlamentarista. Entre estes, encontravam-se alguns recém-convertidos. Objetei-lhes a estreiteza do tempo. E, mais, não me parece bem que uma legislatura expirante faça uma reforma de tal porte, depois de uma eleição geral. Antes da eleição, parecia-me legítima a reforma, tanto que por ela me batera; depois da eleição, somente o novo Congresso teria autoridade para tanto.

E claro, porém, que a nossa campanha parlamentarista prosseguirá, e cada vez com maior vigor. Cada vez mais claro fica que não há outra solução. Além disto, pretendemos promover a reforma do atual Código Eleitoral, que apresenta, ainda, muitas deficiências e imperfeições.

— A primeira vantagem auferida com o recente pleito foi que o mesmo se realizou. — afirmou inicialmente o sr. Raul Pila, que acrescentou: Época houve em que

quer dizer, naturalmente, que ela não esteja correndo perigo com a vitória do sr. Getúlio Vargas. Mas é um perigo futuro, que será possível contornar, ou vencer. Tudo dependerá da intensidade da consciência democrática, porventura existente no país. Perigo real e presente teria sido a não realização de eleições.

Para evitar o perigo potencial representado pela assunção do sr. Getúlio Vargas ao poder, não há outro recurso, senão a vigilância, por mais desmoralizada que esteja atualmente a palavra. Vigilância dos partidos, que não se devem deixar narcotizar; vigilância do Congresso, que não se deve deixar atemorizar; vigilância das forças armadas, que não se devem deixar surpreender.

### CONTRA O GOVERNO DE COALIZÃO

— Nós do Partido Libertador — prossegue o sr. Pila — há muito vinhamos prenunciando os grandes perigos que a sucessão presidencial envolveria. Este era um dos nossos mais constantes argumentos em favor da reforma parlamentarista, que reputávamos não só necessária, mas também urgente. Tornada ela impossível por angústia do tempo, apesar de haver conquistado, no mínimo, a metade da Câmara, defendemos a emenda do sr. Mário Brant, que exigia a maioria absoluta de votos para a eleição do Presidente da República. Este expediente, apesar de rigorosamente democrático, não logrou apoio, porque cada corrente esperava poder eleger o seu candidato por maioria relativa, isto é, por uma minoria. Demos também o nosso apoio ao projeto Caiado de Godol, que visava igualmente preservar a democracia, evitando a eleição de um candidato que tivesse contra si a maioria do país. Por idênticas razões não lhe deram atenção os nossos políticos, que parecem afe-

CONCLUI NA PÁGINA 5 N.º



RAUL PILA

Repudia energicamente qualquer coalizão com o ex-ditador

se duvidava chegassemos à eleição. Preconizava-se abertamente a prorrogação dos mandatos. Por mais desconcertante que seja o resultado do pleito, o essencial é que ele se tenha travado. A democracia não vive renunciando, mas realizando-se.

Este lucro é inegável para a democracia brasileira. Isto não